

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 49ª
(QUADRAGÉSIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 31 DE MAIO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não havendo ainda *quorum*, suspenderei a sessão por trinta minutos para aguardar a chegada dos Deputados.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h09min, a sessão é reaberta às 15h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Declaro reaberta a sessão.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante pela Liderança do PT.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de ontem eu falei aqui de um assunto e volto à tribuna para falar novamente deste assunto – o desemprego no Brasil.

Hoje falo com dados mais concretos, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque saiu um estudo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é um órgão do governo. Esse estudo mostra, Deputado Agaciel Maia, que 14% da população brasileira está desempregada e que a maior parte desses desempregados está nas áreas de serviço e de comércio. Caíram as atividades comercial e de serviço em 4%, caiu a atividade da construção civil em 4,5%, portanto é uma situação realmente gravíssima, e é preciso tomar providências.

Aqui no Distrito Federal, ao todo, são 400 mil pessoas que estão desempregadas. A média de 14% é no Brasil, mas em Brasília a realidade é que 20% da população está desempregada. O mais grave é o que o IBGE só considera desempregados aqueles que saíram para procurar emprego há pelo menos um mês. Portanto, esse índice é muito maior do que o IBGE fala, porque as pessoas que estão procurando emprego há dois, três, quatro, cinco ou dez meses já desistiram e, à medida que a pessoa não volta a procurar emprego, ela não volta mais a aparecer como pessoa desempregada.

Então, em vez de 14%, quem sabe no Brasil hoje estejamos com índice perto de 20% ou mais de desempregados. Com o agravante de que, só no governo golpista do Michel Temer, aumentou em 23% a população desempregada do País. Logo, não adianta o ministro golpista Henrique Meirelles, banqueiro que tem uma bela aposentadoria – ouço dizer que é de 40 mil dólares por mês a aposentadoria dele –, ficar dizendo que vai resolver o desemprego com a reforma trabalhista. A reforma trabalhista vai precarizar os empregos existentes e não vai gerar um emprego novo.

Não adianta dizer que vai resolver o desemprego com a reforma da Previdência, porque esta reforma também vai desgraçar a vida das pessoas que estão trabalhando, vai condenar aqueles que vão entrar no mercado de trabalho, pois não vão se aposentar nunca. Ninguém vai conseguir se aposentar, se vai ter que contribuir, no mínimo, 49 anos ininterruptos e as mulheres terão que ter 62 anos de idade e os homens, 65. Ninguém vai conseguir se aposentar.

Eles ficam mentindo para a sociedade, dizendo que precisam fazer essas reformas para poder gerar emprego no Brasil. Na verdade, eles estão fazendo uma reforma encomendada pelo capital internacional, encomendada pelos banqueiros. E banqueiro não têm alma, não têm espírito e não tem coração. Banqueiro é um vampiro que vive do sangue dos outros, é aquela figura lendária do vampiro com aqueles dentes enormes, dentes de morcegos, muito parecido com o Michel Temer. Na verdade, o banqueiro é um vampiro que vive sugando o sangue dos outros. Isso não é correto, isso não está certo, isso não é justo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Eu espero que a sociedade brasileira se levante para exigir o direito de ter emprego, o direito de ter cidadania, porque não adianta, Deputado Agaciel Maia, falar de cidadania para desempregado. Não existe cidadania e muito menos democracia para quem está desempregado.

Dito isso, eu quero comunicar ao Sr. Presidente e à Casa que vou me afastar alguns minutos, irei à Justiça do Trabalho, tendo em vista que hoje há uma audiência dos vigilantes do Distrito Federal. É uma convenção coletiva que deveria ter sido assinada em 1º de janeiro e que até hoje não foi, dada a ganância de alguns empresários também sem coração que estão na direção do sindicato patronal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, é extremamente procedente a sua preocupação. Realmente, os níveis de desemprego são alarmantes, principalmente no nosso Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã tivemos uma audiência que a própria legislação manda haver sobre o projeto da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Tivemos aqui a presença da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Planejamento para discutir essa lei, que nós temos a obrigação de examinar, discutir e aprovar, Deputado Prof. Reginaldo Veras, até o final do mês de junho, porque nós só podemos entrar em recesso depois de votarmos a LDO – a exemplo do que acontece com o projeto de lei orçamentária para 2018, pois, no final do ano também, só podemos entrar em recesso depois de votarmos o Orçamento para 2018.

Essa Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma espécie de regulamento, um balizamento sobre como o governo vai mandar o projeto que fixa as despesas e estima as receitas para o ano de 2018. Ora, alguns elementos estão colocados nessa LDO. Primeiro, em grandes números, números macros da economia do Distrito Federal.

O que nós constatamos é que o governo continua – e deve continuar – acima do limite prudencial nas despesas de pessoal, ou seja, nós não teremos condições de realizar novas contratações nem pagar horas extra, além de uma série de outras limitações que são impostas ao governo, quando está dentro do limite prudencial.

Algumas variáveis econômicas são colocadas e demonstram que há saída para a economia do Distrito Federal. Está previsto um orçamento para investimento, no próximo ano, de 1 bilhão e 700 mil reais. As despesas de custeio da máquina administrativa do Governo do Distrito Federal têm diminuído, mas ainda é pouco. As receitas tributárias, que são IPTU, IPVA, ICMS, as despesas que estão ali – e é muito

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	4		

difícil de as pessoas fugirem delas –, essas, geralmente, são a preferência do governo. Os governos gostam mais de aumentar taxas do tipo IPTU e IPVA, de que não tem como a população fugir.

Aproveitei a oportunidade para mostrar que algumas medidas precisam ser tomadas para que a economia do Distrito Federal se levante. Nós temos um problema sério, que é o do ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. Sabemos que mais da metade desta cidade não tem escritura pública, não tem regularidade fundiária. E não tendo regularidade fundiária, a exemplo do que acontece com várias cidades como São Sebastião, Paranoá, Riacho Fundo, e sem falar em mais de 600 mil residências em vários condomínios, quando se vendem essas casas – e são centenas de transações imobiliárias toda semana –, são feitos contratos de gaveta, em que você reconhece a firma de quem vende e reconhece a firma de quem compra, e o governo não arrecada nada sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, que é chamado ITBI.

Só para vocês terem uma noção, Brasília arrecada 400 milhões de reais de ITBI por ano, enquanto Belo Horizonte praticamente recebe dez vezes mais do que Brasília. Por aí, Deputado Joe Valle, nós já estamos perdendo, basicamente, só com o ITBI, Deputado Prof. Reginaldo Veras, 2 bilhões de reais por ano.

Ora, Brasília é a terceira cidade de maior consumo no Brasil, perde para Rio e São Paulo. Acontece que esta cidade que consome milhões e milhões não tem indústria. Todos os produtos, da pasta de dente ao sabonete, tudo vem de fora. Há necessidade de um incentivo do governo para que os produtos consumidos dentro de Brasília sejam fabricados em Brasília, trazendo empregos, gerando renda e criando aquele círculo virtuoso econômico que é: gerando emprego, as pessoas têm salário; tendo salário, eles consomem; consumindo, arrecadam-se impostos e o governo tem condições de investir.

Ora, mas há outro problema sério. Nossas despesas com manutenção da máquina giram em torno de 7 bilhões e meio por ano. Nós sabemos que, se eliminarmos as despesas desnecessárias e os desperdícios, poderemos chegar a uma redução de 20%, o que significaria dizer que seriam mais 1 bilhão e meio de reais. Então nós teríamos 2 bilhões do ITBI, mais 1 bilhão e meio de redução de despesas e iríamos para 3 bilhões e meio. Ora, se considerarmos que nossa receita tributária é de 17 bilhões, e se se estima que há uma sonegação fiscal por não termos mais postos fiscais nas entradas e saídas de Brasília – dizem que os caminhões vêm carregados de mercadorias, dizem que vão para Barreiras e despejam todos aqui dentro do Distrito Federal...

Se hoje estamos aí em torno de 20% de evasão fiscal, em cima de 17 bilhões, seria, Deputado Joe Valle, mais 3 bilhões e 400. Com 3 bilhões e meio totalizariam quase 7 bilhões de reais! Ah, isso são apenas três ou quatro variáveis econômicas de um elenco de vinte ou trinta talvez, em que se poderia, com uma gestão, uma sintonia mais fina, ir buscar esse recurso. Mais grave! Apesar de as receitas tributárias do Distrito Federal terem crescido acima, inclusive, da inflação, as

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

nossas transferências correntes, que são receitas vindas da União, têm caído em dezesseis. Então, o crescimento das receitas tributárias é eliminado pela deficiência na vinda das receitas da União. Uma coisa elimina a outra.

Isso significa dizer, em linhas gerais, de maneira bem generalizada, que diferentemente de outros estados brasileiros, cuja capacidade de endividamento já se esgotou, Brasília não tem nem 10% da capacidade de endividamento, então se pode buscar dinheiro nos organismos internacionais, como o Banco Mundial e tantos outros, como também nos organismos nacionais, que é o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica. Então, existe uma vastidão muito grande, diferentemente dos outros estados, que pode alavancar a economia do Distrito Federal.

É lógico que são problemas estruturais. Ninguém resolve isso com um estalar de dedos, mas precisamos ter uma política de regularização fundiária, um grupo competente. Nós criamos, ou demos a ideia da secretaria de condomínios, mas existia uma guerra entre secretaria de condomínios e o Deputado Magela, que era lá da Codhab. Havia uma queda de braço. Um puxava para um lado, o outro puxava para o outro.

É preciso que o governo monte um grupo com política de segurança, política de saúde – prioritária –, para refazer uma regularização fundiária. É bom para quem precisa da escritura, mas é muito melhor para o governo, para poder arrecadar. É preciso que o governo monte uma equipe para buscar recursos, buscar empresas, porque não pode, em um mercado consumidor com a amplitude que tem Brasília, tudo o que se consome aqui vir de fora.

Então, conjuntamente com isso, Deputada Luzia de Paula, precisamos criar mecanismos de gestão. Nós aprovamos financiamento aqui para a modernização da Secretaria de Fazenda, a fim de criar controles. O governo do DF, a exemplo dos demais, deve ter mecanismos que não sejam só em cima daquelas situações que estão ali, mais fáceis, que é aumentar o IPTU, aumentar o IPVA. Quer dizer, o governo tem que buscar política desenvolvimentista, que gere emprego, gere renda, gere crescimento e gere desenvolvimento, em vez de estabelecer uma política essencialmente tributária, a mais fácil, a mais simples, a que tem voo de galinha.

Não adianta! Se apertar as empresas, mata as empresas. Se aperta demais o consumidor, ele fica cada vez com menos renda, quer dizer, consome cada vez menos, o comércio vende cada vez menos. Vendendo cada vez menos, emprega muito menos pessoas. Essa política essencialmente tributária é uma política que não leva a lugar muito longe.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixo essas sugestões que estão ao alcance da mão do governo, para que voltemos a crescer, a empregar e a desenvolver o Distrito Federal. Desenvolvendo o Distrito Federal, gera-se emprego, melhora-se a política de saúde, melhora-se a política de segurança, e é disso que precisamos aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. Essa é uma fórmula muito antiga. Não é, Deputado Agaciel Maia? Se a gente não consegue mais cortar custos, tem de aumentar a arrecadação, aumentar a base. Como não dá para aumentar imposto, tem de aumentar os espaços de trabalho para que o setor produtivo possa arrecadar mais, e com isso a gente consiga avançar.

A fórmula, V.Exa. acabou de dar para o governo, é só pegar a nota taquigráfica e levar lá para o Secretário de Fazenda. Vou fazer isso, se V.Exa. me permitir. Vou pegar as notas taquigráficas e mandar para o Secretário de Fazenda, pois a fórmula é essa, está claro para todos nós.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, venho à tribuna hoje tratar de um assunto do qual já venho falando há muito tempo. A preocupação que tem me levantado é sobre o futuro, Deputado Joe Valle, da nossa cidade.

Nós vivemos em uma cidade relativamente nova. Desculpem-me, não vou falar cidade. Vivemos em uma unidade da Federação relativamente nova, mas com problemas velhos. Nós temos um sistema de saúde, Deputado Agaciel Maia, extremamente precário; nós temos a nossa economia baseada exclusivamente no serviço público e a sua arrecadação, principalmente, baseada na esfera pública. Nós temos o nosso sistema educacional que, quiçá seja considerado um dos melhores do País, ainda conta com alguns problemas estruturais, e nós temos Brasília com um sonho.

Minha preocupação sobre o futuro de Brasília é porque até hoje, devido principalmente a crise econômica que atinge todo o País, Brasília não consegue avançar concretamente no que se refere ao desenvolvimento econômico e às novas modalidades econômicas. Diversos projetos ainda estão no papel e precisam, Deputado Joe Valle, sair do papel; precisam, eu acredito, de força e determinação para se tornarem realidade.

Ainda mais, nossa capital precisa, acima de tudo, identificar qual é a sua vocação. Estivemos recentemente na AgroBrasília – V.Exa. lançou a frente parlamentar em defesa do setor agropecuário – e lá nós vimos que Brasília tem, sim, uma vocação voltada ao agronegócio. O que falta, na minha avaliação, é olharmos para a frente, não só para a esquerda ou para a direita. Nós precisamos ir para a frente. Quando eu olho para a direita ou para a esquerda, com certeza, posso tomar atitudes erradas; mas, quando olho com visão de futuro, construo novas coisas.

Deputado Joe Valle, é necessário que os gestores públicos – aqui eu não estou falando do Governador, nem de secretários de Estado, estou falando dos gestores – tenham coragem de empreender. Nós precisamos tirar a palavra empreendedorismo, hoje somente vinculada à área privada, e trazê-la para dentro

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

do setor público. Quando falo empreender, é necessário que tenhamos coragem de implementar novos modelos. Não falo modelos de gestão, mas de novos modelos de governança na nossa cidade.

Quando falo modelo de governança, existe uma diferença, para aqueles que talvez não saibam, entre gestão e governança. Gestão é fazer, governança é como fazer. Se conversarmos com qualquer secretário de Estado, com qualquer servidor público, com qualquer subsecretário, eu tenho certeza, todos eles trabalham mais de oito horas por dia. Todo servidor público trabalha muito mais do que isso. Ou seja, eles estão fazendo gestão, mas falta, Deputado Joe Valle, Deputada Luzia de Paula, o como fazer.

Por exemplo, hoje, na saúde – todos os dias, quando nós ligamos a televisão, abrimos os jornais, ligamos o nosso rádio ou lemos os *blogs* –, quando se fala da área da saúde, temos o caos. Nos hospitais as pessoas reclamam que falta remédio, falta isso, falta aquilo outro. Existe escassez de insumos dentro dos prédios públicos. Muitas vezes a população, lá na ponta, diz que isso é problema de gestão, enquanto o gestor, aqui em cima, diz que o problema não é de gestão. Onde está o problema?

Na minha visão, o problema está na governança, principalmente. Eu quero dizer que, na saúde, não podemos tratar a compra de um medicamento da mesma forma que se compra um tijolo ou um saco de cimento. A vida não pode esperar. Hoje, para comprar dipirona, o diretor-geral de um hospital ou o chefe de um centro de saúde tem de enviar um memorando, que é encaminhado para a superintendência. Esse memorando, que veio do centro de saúde e foi para a superintendência, é encaminhado para a subsecretaria de logística. De lá, é encaminhado para uma subsecretaria de administração geral e, depois, para a comissão de licitação, em que é feito o edital que será lançado. Após 90 dias, se não houver nenhum tipo de suspensão, aquela dipirona que o centro de saúde solicitou vai ser comprada, e ainda demora mais 120 para ser distribuída. Aquela dipirona que o chefe do centro de saúde pediu, para atender o paciente naquele momento, demora, para chegar na ponta – nós falamos dos prazos sem nenhum tipo de problema –, no mínimo, seis meses. Agora, imagine você fazer uma licitação com mais de 25 mil itens, Deputado Joe Valle!

Muitas pessoas vão falar que isso é falta de planejamento. Eu acredito que ninguém aqui planeja sua vida pensando que vai ficar doente. Quando você faz o planejamento financeiro da sua economia doméstica, com certeza, você não pensa “no mês de janeiro, eu vou ficar doente; então, vou reservar um recurso para pagar um hospital”. Ninguém faz isso. Por isso que eu defendo, Deputada Celina Leão – V.Exa. foi Presidente desta Casa, e eu já vim a esta tribuna várias vezes –, que a saúde precisa, sim, ter um regime diferenciado.

Nós temos na educação um exemplo de como isso funciona com o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, que é um recurso descentralizado direto para a escola. Da mesma forma, o Deputado Prof. Reginaldo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

Veras deve conhecer também o PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, que é um programa do Ministério da Educação que coloca, Deputado Agaciel Maia, o recurso na mão do diretor da escola, que sabe quais são as necessidades que ele tem, obviamente dentro do limite legal. Nós temos na saúde o PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde, só que ele tem diversas limitações. Por que não implantar o sistema do PDAF na saúde?

O que eu quero dizer para V.Exas. e para aqueles que estão nos ouvindo, acompanhando pela TV *web* da Câmara Legislativa é que não adianta nós ficarmos discutindo, realizando audiências sobre a questão da saúde, se nós não discutirmos o modelo de governança da saúde. Nós precisamos mudar a governança da área da saúde. Eu defendo, sim, que exista um regime diferenciado de contratações para a área da saúde. Eu defendo, sim, que... Por exemplo, Deputada Celina Leão, os medicamentos que a Secretaria de Estado de Saúde compra, por que eles não podem ser isentos de impostos? Ainda digo mais: por que os medicamentos que são receitados, Deputado Agaciel Maia, pelo hospital público não podem ter isenção de impostos, na hora da venda lá na ponta, para serem vendidos mais baratos, já que o Estado não consegue fornecê-los?

Eu defendo, sim, um regime diferenciado de contratações para a saúde que desburocratize a compra, principalmente de medicamentos. Eu defendo, sim, uma mudança no modelo de governança nessa área da saúde. Eu defendo, ainda, que é necessário que repensemos que tipo de gestor nós queremos à frente dos nossos órgãos públicos. Será que é somente o gestor legalista ou será que é o legalista com o empreendedor?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Delmasso, quero parabenizar V.Exa. pela fala. Ela está em consonância com uma fala que nós fizemos. Deputado Joe Valle, muito sabiamente, promoveu uma reunião aqui na Câmara Legislativa em que nós discutimos o hospital de Brasília, esse projeto de lei que o governo quer aprovar aqui na Casa. Eu realmente falava que precisávamos descentralizar o modelo da saúde, como fizemos com a educação.

Para quem ainda não sabe, existem um cronograma e um programa também na saúde pública. Inclusive, nós dividimos os nossos recursos em três grandes emendas: para a saúde, para a educação e para a infraestrutura. Eu realmente acredito na descentralização dos recursos públicos.

Nós sabemos que a saúde tem uma peculiaridade, Deputado Delmasso, porque nós temos os medicamentos de alto custo. Esses, sim, seriam comprados pela Central, porque, na descentralização, ficariam muito difíceis de serem adquiridos. Porém, com o hospital tendo condição de custear o ambulatorial, que são 80% dos atendimentos, teríamos, sim, uma condição resolutiva muito melhor.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Então, eu acredito que a solução está na mão do governo. Ele não precisa inventar a roda, ele não precisa aprovar um modelo maluco do Hospital de Base, como está tendendo fazer, porque, na minha concepção, esse modelo híbrido – a gestão não sendo pública, mas contratando como se privado fosse – é para realmente fugir das regras, que são rígidas. Mesmo com essas regras rígidas, já percebemos que há um alto índice de corrupção. Então, imagine um hospital onde todas as pessoas que vão gerir são indicadas pelo governador, mas onde a parte de contratação e a parte de compra de medicamentos não precisam passar por nenhuma lei. Esses medicamentos e insumos serão comprados como se o hospital fosse privado.

Acho que o discurso de V.Exa., como Líder do Governo, vem até como uma luz para nós nesta tarde. Nós temos, sim, uma saída. Existe, sim, que é a descentralização, o PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva das Ações de Saúde. Eu coloquei, inclusive, Deputado, 6 milhões para o PDPAS, porque acredito que, quando os gestores que estão na ponta, nos hospitais conseguirem manter o hospital funcionando, vão copiar as coisas positivas que nós temos visto no Brasil, Deputado. Percebemos, por exemplo, o que o Doria fez em São Paulo: convênios com os hospitais que estão fechados durante a noite para se fazerem os exames, as ressonâncias, essa parte de imagem e diagnóstico.

Então, eu acho que a saída existe, sim. Sabemos que há uma crise financeira ainda instalada na nossa cidade, mas fico muito feliz com a fala de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Quero parabenizar V.Exa. sobre seu pronunciamento.

Há dois enfoques que são importantes. Eu acho que a descentralização é a maneira mais eficiente de gestão. Nós sabemos que, sempre que se centraliza demais, torna-se o Estado pesado, burocrático, poucas pessoas ficam mandando muito. Isso normalmente atrofia a máquina. Eu entendo que, quanto mais centralizado, mais vulnerável à malversação de recursos.

Imagina se cada colégio tem o seu recurso, programa-se e tem sua autonomia. O diretor é o ordenador e cria um conselho fiscal de professores. O governo coloca o dinheiro lá. Os hospitais da mesma maneira: não pode uma luz num tomógrafo queimar e levarem seis meses para comprar uma lâmpada que custa oitocentos, novecentos reais. Se se der autonomia e se se criarem os conselhos de fiscalização, com certeza, a gestão pública, seja na educação, seja na saúde, seja em qualquer outro segmento, vai ganhar eficiência.

O que precisa ser dito é que existem muitos discursos feitos por aí de maneira demagógica. O sujeito vai para o horário partidário da televisão e diz: "Eu apresentei projeto para reduzir imposto sobre medicação. Pedi para reduzir imposto

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

sobre aquilo.” Mas nós sabemos que, para reduzir impostos e diferenciá-los dos impostos dos outros estados, existe o CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, que é um conselho de todos os secretários. Então, ninguém pode sair reduzindo imposto sem obedecer a esse convênio.

As pessoas, quando falam isso, acham que o governador ou o legislativo local sozinhos podem fazer isso. Não podem, não! Existe uma regra. Existem regras e leis federais, que têm que ser seguidas. Então, não adianta ir para televisão dizer que apresentou projeto para reduzir ICMS de medicação, porque não depende dele, não, depende de um acordo com todas as unidades da federação.

Eu passo uma imagem para a população de que realmente eu estou bem-intencionado. Pode ser bem-intencionado, mas a realidade é outra, a verdade é outra. Ninguém pode sair praticando tributação, principalmente nessas receitas tributárias, a bel-prazer, não. Há uma regra geral na federação estabelecida em lei. Ninguém pode atravessar isso, não. Então, eu chegar aqui e fazer um discurso de que quero que se reduza imposto sobre isso, sobre aquilo é fácil, mas isso tem que ser aprovado lá no conselho fazendário, e todos nós sabemos disso.

DEPUTADO DELMASSO – Incorporo todos os apartes ao meu discurso. Para finalizar, só um exemplo que eu gostaria de utilizar. Ontem nós tivemos o relatório de prestação de contas feito pelo Ibram. Deputado Joe Valle, quero dizer a V.Exa., que também é vinculado à área ambiental, que me deixou muito assustado saber que 90% do orçamento destinado ao Ibram, que está em torno de 70 milhões por ano, são utilizados para pagamento de pessoal. Os outros 7% são o custeio da folha – ou seja, chega-se a 97% – e os outros 3% para custeio e investimento. O que isso significa? Hoje, a implantação e manutenção de todos os parques do Distrito Federal são de responsabilidade do Ibram. Ou seja, ele tem 3% desse orçamento para implantar e, também, para cuidar dos parques.

Aí eu me faço uma pergunta: qual é o órgão que se sustenta com 3% de investimento e de custeio? Isso é autofagia, na minha avaliação. Eu não estou querendo dizer que se tenha de diminuir o custo de pessoal, mas é necessário que se aumentem os investimentos. Como você aumenta investimento em uma crise? Ou você tenta aumentar o imposto, ou você chama o privado para uma parceria.

Deixo, então, uma pergunta no ar: por que não pensar em uma parceria público-privada para os parques do Distrito Federal, da mesma forma que está sendo feito em São Paulo e no Rio de Janeiro? O Prefeito João Doria está fazendo isso com os parques da cidade. Um Exemplo: o parque Ibirapuera vai fechar uma parceria público-privada para a sua exploração e do ginásio Ibirapuera. Por que não se pensar nesse tipo de parceria para a manutenção e a implantação dos parques aqui no Distrito Federal?

Acredito que, para que tudo isso dê certo, são necessárias duas coisas. Primeiro, coragem para empreender, porque empreender é fazer algo novo, é fazer

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	11		

algo que ninguém fez. Não é copiar aquilo que é feito. Segundo, é necessário também cercar-se de pessoas que comprem o seu sonho.

Uma outra modalidade que precisamos pensar, tirar do papel, e esta Casa precisa cobrar é a implantação, de fato, do Parque Tecnológico. Na minha humilde avaliação, a vocação de Brasília é a indústria limpa, é a indústria tecnológica. O Parque Tecnológico precisa sair do papel.

Hoje, temos os dois principais *data centers* dos dois principais bancos do País já instalados no Parque Tecnológico. Por que não podemos sonhar em trazer as grandes empresas de tecnologia e de nanotecnologia para o Parque Tecnológico? Com isso, nós fomentaremos a economia, a indústria limpa e vamos mudar o modal da economia da cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Delmasso. Hoje, V.Exa. está inspirado para resolver o problema da economia do Distrito Federal. Muito bom!

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Celina Leão, pela Liderança do Bloco Trabalho por Brasília.

DEPUTADA CELINA LEÃO (Como Líder. Bloco Trabalho por Brasília. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa, no primeiro ato político do nosso mandato, instalou a CPI dos Transportes, que terminou pedindo o indiciamento de dezessete pessoas.

A gente tem acompanhado essa questão do transporte. Eu briguei muito sobre essa questão no mandato passado. Quando falo que este governo comete os mesmos erros do governo passado e consegue piorar e macular ainda mais os graves problemas que tivemos e voltamos a ter, falo com conteúdo e com fundamento, Sr. Presidente.

Como se não bastasse esse desequilíbrio econômico maluco que é dado a essas empresas de transporte público, o Governo do Distrito Federal, no dia 10 de janeiro, de 2017, dispensou uma licitação e fez um contrato com a Fundação Getúlio Vargas, no valor de 4 milhões e 800 mil reais, para um estudo sobre o transporte. Um estudo sobre o transporte!

Sr. Presidente, todo aquele dinheiro do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento gasto na Secretaria de Transportes foi para fazer estudo sobre o transporte. Metade desta Casa estava aqui no mandato passado, quando votamos o PDTU. O que era o PDTU? Era o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal.

Nós só o votamos porque o GDF tinha um estudo feito, caríssimo, pago com recursos públicos, com dinheiro do BID. E agora o Governo do Distrito Federal dispensa a licitação, abre mão da licitação. A gente sabe que você pode até contratar uma entidade como a Fundação Getúlio Vargas, mas outras entidades do mesmo perfil fazem o mesmo trabalho que ela. Se fosse somente ela que fizesse, Deputado

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

Wellington Luiz, poderia ter havido dispensa de licitação. Mas, no caso de haver mais de uma entidade para fazer consultoria, deveria ter havido pelo menos, Sr. Presidente, uma concorrência mínima, coisa que não aconteceu. E nós estamos falando de 4 milhões e 800 mil reais para consultoria!

Essa Secretaria de Transportes é uma vergonha, Sr. Presidente. Vai sair gente presa de lá. As pessoas acham que não, que nunca vai haver. Está aí, Sr. Presidente, o escândalo do BRT! E o escândalo continua neste governo. Sabem por quê? Porque os gestores podem até ter mudado, mas o *modus operandi* é o mesmo. E, neste governo, é ainda mais nefasto, porque o governo passado não teve coragem de dar os reajustes com os desequilíbrios econômicos. Mas foram dados neste governo. E agora vão e contratam a Fundação Getúlio Vargas, fazem um contrato de 4 milhões e 800 mil reais para um estudo sobre o trânsito.

Sr. Presidente, temos um órgão que possui técnicos altamente qualificados. Deem uma missão para os nossos técnicos do DFTrans! Nós temos lá auditores, pessoas que são especialistas em trânsito. Deem uma missão para esses técnicos, a fim de que eles fazer um levantamento, um estudo do que se necessita no trânsito! Gastar 4 milhões e 800 mil reais em um momento no qual o nosso Distrito Federal continua na Lei de Responsabilidade Fiscal é um escárnio com o recurso público! É uma vergonha!

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada, já está acabando o governo e ele está tentando diagnosticar o problema? Contratar uma consultoria no final do governo? É muito fácil! Se eles forem às paradas de ônibus ou à Rodoviária, as pessoas vão dizer qual é o problema. Não é preciso empresa de consultoria, a não ser que as razões sejam outras. V.Exa. é muito feliz quando traz um tema como esse. Consultoria? O que as pessoas querem agora são ações práticas, resultado. As pessoas querem agora uma resposta. Nós estamos sendo abordados aqui na entrada da Câmara. Os funcionários estão perguntando: “Deputado, pelo amor de Deus, nós não temos ônibus e precisamos vir trabalhar.” As pessoas precisam de resultado. O governo acabando, este governo medíocre, e ainda estão fazendo consultoria, contratando sem licitação! Pelo amor de Deus! É o fim da picada! A gente não sabe mais o que fazer com este governo. Todos os dias ele nos surpreende de forma negativa. Todos os dias! Por isso que a JBS está incitando-o. Deve ser mais uma ação para poder contemplar as JBS da vida.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado, cheguei hoje a este plenário com a ideia de nem mais me manifestar. Sabe por quê? Porque está ficando enfadonho. Falar do Governador está ficando enfadonho. Acho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

que nem a sociedade aguenta mais, mas não tem como a gente evitar, porque ele é uma fábrica de besteiras. Vamos lá. V.Exa. acabou de dizer que pretende contratar ou contratou uma empresa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Pretende, não. Foi contratada. O ato já está no Diário Oficial, por 4 milhões e 800 mil reais. Ele contratou a Fundação Getúlio Vargas sem licitação.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Pois é. Então, veja só, a gente não pode esquecer aqui – e a autora da ação é V.Exa. – que, como fruto de uma ação judicial que V.Exa. intentou, o Poder Judiciário, no alto da sua soberania, deu uma sentença bastante prudente, bastante séria, como é peculiar do Judiciário, no sentido de que o governo deveria rescindir os contratos e teria o prazo de 180 dias, que é um prazo mais do que suficiente, se você trabalhar com seriedade, para poder fazer um procedimento licitatório.

Então todos os problemas foram expostos numa decisão judicial. Aliado a isso, a CPI do Transporte aqui realizada, da qual eu fui Relator, também apontou os problemas – todos – e foram encaminhados ao Governador. O que o Governador fez com a decisão judicial – uma decisão judicial que era um prêmio, Deputado Wellington Luiz, era uma oportunidade ímpar? Ele podia, naquele momento, dizer o seguinte: “Vou acatar a decisão judicial e vou consertar esse setor de transporte que está fora dos trilhos.” Mas o que ele fez? Ele recorreu da decisão judicial.

O que significa recorrer de uma decisão judicial dessas? Significa que você avalizou tudo o que aconteceu. Aí, eu acho que a grande pergunta que se faz, Deputada Celina Leão, é: “Por que o Governador aprova o modelo e os instrumentos que aí estão?” A pergunta não é se ele tem dúvida ou não. Ele não tem dúvida nenhuma. Tanto não tem dúvida, que praticou um ato concreto, que foi recorrer de uma decisão judicial. Ele ficou irredimido, ele ficou inconformado com o decreto judicial. E aí o que fez? Recorreu, avalizando tudo o que aconteceu no transporte.

Então, depois, num futuro bem próximo, quando estiver respondendo, não venha dizer que tinha dúvidas. Dúvida não tem, porque quem tem dúvida não recorre da decisão judicial.

Obrigado, Deputada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Eu acho que grande parte das críticas ao Governador Rodrigo Rollemberg dá para entender. Com sacrifício pessoal e político, ele está pagando um ônus muito caro. Primeiro, porque assumiu o governo com os servidores sem receber. Segundo, porque tinha uma tal de pedalada, que você tinha que esperar o orçamento de janeiro para pagar dezembro. Isso não é de Governo Agnelo, não. Isso é de muito tempo. É de dez, quinze anos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	05	2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				14	

Ora, gente, quantas vezes, quando estava aqui já Deputado, eu ouvi elogios à decisão tomada pelo governo anterior de tirar a Viplan, a do Valmir Amaral, que era um grande marco? Todos nós batemos palmas para o novo processo, para a transformação da mobilidade social, do transporte em Brasília. E o Governador Rodrigo Rollemberg, quando assumiu, já assumiu assim. Não foi ele que fez licitação para transporte, não foi ele que definiu essas rotas de ônibus. Ele não podia, simplesmente, de uma hora para a outra, dizer: "Não. Não tem mais transporte, não. Cancela a licitação." E como é que os trabalhadores viriam para o trabalho? Será que haveria carro suficiente para trazê-los?

Precisa-se rever o problema de transporte. Precisa-se, sim; mas a verdade tem que ser dita. Esse problema de transporte não foi o Governador Rollemberg que criou. Esse imbróglio vem de governos anteriores. Então precisa-se dizer que o que parecia bonito ficou feio. E alguém tem de fazer essa transformação. Atribuir problemas de transporte, de licitação de transporte ao governador é injusto. Pode-se criticar por n coisas. Podem dizer que está antipático, que está rejeitado, que está tomando medidas de sacrifício pessoal e político, que não vai se reeleger. Podem dizer tudo isso, mas atribuir o problema da licitação de transporte a um governo que não fez a licitação e que não colocou esses ônibus nas ruas, aí não é justo, não é verdade.

Eu acho que o transporte é caótico, é ruim. Precisa ser mudado? Precisa. Quem criou isso não foi o Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, é verdade. Para que ele foi eleito, se não foi para resolver os problemas? Sempre ouvimos dizer que não foi ele quem criou os problemas, os problemas já estavam aí. Ele achou que seria eleito só para administrar bônus? Então devolve o governo, pede para sair!

Nós sabemos que os problemas existiam, sim, Deputado. Nós sabíamos. Tanto é que o outro governo não foi reeleito, pela incapacidade. Ele conseguiu ser muito pior que o anterior, tanto é que os índices de popularidade mostram isso. Nós sabemos muito bem que os problemas existiam, o negócio é que ele conseguiu piorar o que já estava muito ruim.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Incorporo os pronunciamentos dos colegas à minha fala.

A fala do Deputado Wellington Luiz vem em um momento muito importante, porque o governo foi quem teve acesso a essa decisão judicial. A ação popular é minha e era uma decisão muito equilibrada. Ela não mandava nenhum cidadão de Brasília ficar sem transporte não, ela mandava que se fizesse uma nova licitação. E

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

até que se fizesse uma nova licitação aquelas empresas que estavam prestando serviço de transporte público deveriam continuar.

Mas acho que agora eu descobri a chave da questão. Vi uma foto do Governador Rodrigo Rollemberg ao lado do pessoal da Friboi, e, do outro lado, estava o Barbosa Neto, na campanha agora. O Barbosa Neto era o presidente do sindicato dos transportadores aqui do Distrito Federal.

Então, assim, está muito claro. Ele estava no meio dos financiadores da campanha dele. Só pode! Porque ele pegar um pepino desse tamanho sabendo que tem corrupção, a CPI apontando que tem corrupção, e tendo uma ação judicial para estancar essa sangria e não o faz... Eu acredito que ele tenha tanta culpa quanto o governo anterior. Porque, se ele não teve a condição política de tomar uma decisão com uma ação judicial que não deixava a população desamparada, Deputado! A decisão judicial era equilibrada. Ela falava que, até que se fizesse uma nova licitação – deveria demorar até um ano e meio para se fazer uma nova licitação séria e correta –, que eles continuassem prestando os serviços.

Mas eu não estou aqui só criticando essa questão do transporte, eu estou falando que ele está indo além. Ele está comprando um serviço que o Estado conseguiria fazer. Nós temos auditores e pessoas que podem fazer esse serviço no DFTrans. Então ele está comprando um serviço que não é necessário ser comprado pelo Estado em um momento em que nós estamos sem dinheiro para absolutamente nada.

Estou fazendo três representações, Deputado Wellington Luiz, pedindo ao Tribunal de Contas que suspenda essa licitação para realmente vermos se, dentro do DFTrans, a gente tem condições. Eu acredito que nós temos condições técnicas para isso. Chega de tanta imoralidade, principalmente nessa área do transporte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, se é FGV, ou se é outro organismo, houve uma autorização desta própria Casa. Porque no projeto, tanto da LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias – quanto no projeto de lei orçamentária, dentro da Secretaria de Transporte veio um indicativo de que havia necessidade de se fazer um estudo. Eu não estou entrando nessa questão da entidade em si. Mesmo por ser lá da FGV eu estaria impedido, mas apenas para dizer que houve uma autorização deste Legislativo para que consultorias fossem feitas no sentido de melhorar o transporte. Pode-se questionar o procedimento, a maneira, com licitação ou sem licitação, mas houve autorização. O projeto de lei orçamentário para este ano prevê recurso no sentido de que se possa fazer a contratação, apesar de eu entender também que os técnicos do DFTrans são pessoas preparadas. Eu não sei se eles têm condições de, no trabalho rotineiro diário que fazem, ao mesmo tempo, parar e fazer um estudo complexo como é a mobilidade de Brasília, a mobilidade de que o Distrito Federal precisa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, ouvi atentamente a ponderação feita pelo Deputado Agaciel Maia e assiste razão a S.Exa. Não foi o Governador Rodrigo Rollemberg que assinou esse contrato, mas falta completar algo. Toda meia verdade é também meia mentira.

Se não foi o Rodrigo Rollemberg quem assinou, foi ele quem deu continuidade. Pior: ele teve a chance e a determinação judicial de corrigir e não o fez, o que é um ato voluntário, ou seja, ele se tornou avalista de todo esse sistema/esquema que existe no transporte público do Distrito Federal.

Outra coisa – e aí eu também entendo a preocupação do Deputado Agaciel Maia, quando S.Exa. diz que a classe trabalhadora não poderia ficar sem transporte – é que a decisão judicial, Deputado Agaciel Maia, não determinou que se interrompessem os trabalhos. Ela, inclusive, fazendo uma inovação, estabeleceu um prazo de 180 dias para que fosse feito um procedimento licitatório.

Então, eu acho que as coisas têm que ficar muito bem claras para que a gente possa discutir em cima do que é real e não em cima das palavras, porque o português é muito rico. A mesma expressão pode nos levar a várias interpretações.

Era só esse esclarecimento que eu queria prestar. Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, primeiro é muito difícil fazer embate com V.Exa. e com o Deputado Raimundo Ribeiro – é lógico, pela experiência, a forma aguerrida somada à inteligência e à perspicácia do Deputado Raimundo Ribeiro –, mas eu acho que o governo não tinha e nem tem condições de fazer uma nova licitação, senão ele vai fazer uma burrada igual à do outro, que não sabe os horários direito, não tem o estudo...

Quando o governo faz a opção de ter um trabalho técnico que fundamente um edital, é para que não se crie um novo monstro, cheio de defeito, a exemplo do que aconteceu com essa licitação de transporte. Há essa preocupação do governo de trazer uma entidade reconhecida internacionalmente que vai fazer um estudo e, em cima desse estudo, elaborar um edital para que se faça uma licitação, para que, daqui a três, seis, oito meses, um ano, não se venha com as mesmas críticas que nós estamos fazendo porque aquela licitação foi feita de tal maneira: no afogadilho, até fizeram intervenção.

Foram tantas as lambanças feitas que, provavelmente, o Governador, com medo das mesmas consequências que recaíram sobre os gestores que elaboraram o edital que não deu certo, teve a precaução de trazer uma entidade especializada, com expertise, com conhecimento. Para dizer: "Prepare, estude e prepare algo que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

eu quero fazer algo definitivo”, eu acho que o fundamento é esse. É de não simplesmente sair, mandar fazer uma licitação e depois dar com os burros n'água como aconteceu com a licitação que está em vigor.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é sempre muito elegante nas colocações, faz um debate qualificado, mas eu quero divergir de V.Exa. colocando o seguinte argumento: tem uma história, a história do macarrão. V.Exa. já ouviu falar, Deputado? Quando você está fora, você fala, você é duro; quando você entra para o esquema, amolece. Esse é o problema do transporte. É muito dinheiro, Deputado Agaciel Maia. Tem que se sentar um homem lá muito honesto para ter coragem de contrariar os interesses dos maiores empresários do Brasil. Na época dessa CPI, Deputado, eu fui ameaçada até de morte.

Se ele tivesse medo de não incorrer nos mesmos erros que aconteceram no passado, ele não contrataria uma consultoria, porque o modelo do passado, aqui no Distrito Federal, foi o mesmo, Deputado. Foi contratada uma consultoria, paga com o dinheiro do BIRD — Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, que fez um estudo que não tem nem cinco anos, tem quatro anos. E pasmem! A consultoria já sabia quem iria ganhar a outra licitação que seria feita, Deputado. Então, fazia parte de um grande esquema. Portanto, se querem fazer uma consultoria séria, usem o servidor público efetivo, que vai zelar pela coisa pública, que vai fazer conforme o necessário e conforme as demandas do DFTrans.

Então, eu acho que é algo muito mais subjetivo – e é por isso que estou pedindo uma investigação do Ministério Público – do que realmente zelo pela coisa pública.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra ao Deputado Juarezão (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Esta Presidência consulta se há algum Deputado que quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares, lembrando que ontem nós fizemos um acordo de líderes para que hoje dedicássemos a sessão à votação de projetos relacionados à questão da mulher, uma concentração hoje, na quarta-feira.

Faço de novo essa consulta. Algum Deputado gostaria de usar a palavra nos Comunicados de Parlamentares?

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os presentes, primeiro, eu gostaria aqui de realçar apenas, Sr. Presidente, que encaminhei ofício ao GDF pedindo que regulamente a atividade dos ambulantes, daquele pessoal que está trabalhando lá na porta do cemitério vendendo flores, dos ambulantes, dos quiosques, enfim, todas essas situações.

Segundo, quero informar que, neste momento, enquanto estamos aqui no Plenário, a polícia do Rollemberg está batendo e está tirando lá da Ponte JK os trabalhadores que não têm emprego, porque nós vivemos uma crise gerada no Governo Rollemberg, e já são quase 400 mil pessoas desempregadas. Então, eles estão lá, neste momento, mais uma vez, prejudicando aqueles que querem trabalhar. Ou seja, o Governo Rollemberg, realmente, não gosta de quem gosta de trabalhar.

Ontem eu tive oportunidade de fazer um pronunciamento aqui sobre essa questão da JBS, que teria doado 852 mil reais ao então candidato Rodrigo Sobral Rollemberg. Não há nenhum problema que você tenha doações para campanhas. Nisso não há problema nenhum, realmente. Entretanto, o que está se discutindo aqui é se houve algum tipo de contrapartida. E aí não sou eu quem está dizendo, é o caguete que está dizendo. Ele diz que elegeu 16 governadores, dentre os quais, dois do PSB, incluído o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg, e que ele sabia que aquele dinheiro, mesmo declarado como doação, era fruto de propina! Não sou eu quem está dizendo, quem está dizendo isso é o caguete lá, Ricardo não sei o quê. Então, o Governador tem que se entender é com ele, não é conosco, estamos aqui apenas repercutindo a declaração do rapaz.

Mas aí vamos um pouco mais longe. Ontem tive a oportunidade de, complementando uma fala da Deputada Celina Leão, uma fala brilhante, dizer, e nós temos aqui, que o GDF já pagou a essa empresa JBS 12 milhões e 600! Eu até tomei o cuidado de dizer que essa era a quantidade visível, a quantidade que estava diante dos olhos. E o que aconteceu? Esses 12 milhões e 600, segundo informações, seriam para a merenda escolar!

E ontem eu fiz um questionamento. Há dois meses, Deputado Agaciel Maia, nós tivemos a denúncia de que toda carne existente no Brasil estava podre. Lembra quando surgiu esse comentário? Aí liguei uma coisa à outra: será que a Secretaria de Estado de Educação também está comprando carne podre e dando aos estudantes do Distrito Federal?

Hoje, por coincidência, sai a notícia de que o Tribunal de Contas do Distrito Federal – seu corpo técnico altamente qualificado – diz que os produtos que foram adquiridos eram inapropriados para o consumo. Inapropriado é imprestável, é podre. É isso! E qual foi a providência que o Governador Rodrigo Sobral Rollemberg adotou? Ele, quando tomou conhecimento desse fato, instaurou algum procedimento investigatório? Não se tem notícia disso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	19		

Parece que, segundo ficamos sabendo – e aí é um fato gravíssimo, Deputado Agaciel Maia –, essa empresa vai parar de prestar serviço. Ela prestou serviço durante dois anos e meio, à custa de emergenciais, e logo vai parar de prestar serviço – se não me engano agora no mês de julho, Deputado Cristiano Araújo. Sim, e aí? E o prejuízo dado? Como é que vai ser? Vai ficar por isso mesmo?

Então, o que queremos reafirmar aqui é o nosso apoio à possível criação dessa CPI da JBS. O Governador, que desafiou ontem os caguetes dizendo que ninguém pode buscar não sei o quê, terá uma grande oportunidade de mostrar para todo mundo que realmente não houve nenhum tipo de contrapartida, que é normal ele receber 852 mil fracionados em 40 parcelas desiguais.

Portanto, Sr. Presidente, fiz questão de retornar, apesar de até ter recebido sugestões da minha própria assessoria como esta: "Olha, falar do Rollemberg hoje é bobagem porque a cidade inteira está falando". E é verdade, eu mesmo já me sinto até enfadado, mas, como ele é uma usina, produz tantas coisas, nos obriga a defender interesses.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu posso conceder um aparte a V.Exa., Deputado Agaciel Maia, porque é sempre um prazer inenarrável ouvi-lo, se me permitir a Mesa.

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Olhe, V.Exa. foi censurado pela Mesa, não por mim. Eu teria o maior prazer de ouvi-lo. Não cabe aparte, mas vou ouvir V.Exa. no particular.

Portanto, Sr. Presidente, apenas quero reafirmar que mais uma vez o Governador comprova a sua vocação para a lentidão, para a lerdeza, quando não toma nenhuma providência para apurar se a carne está podre ou não, talvez porque tenha sido servida nos pratos dos alunos do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece redundância falar do Governador, está enfadonho, mas é importante que se fale da questão da JBS, que incomoda tanto. Existia uma cultura; não que eu defendia isso, mas existia uma cultura de contribuição de empresas porque a lei permitia, e foi feita essa contribuição.

Eu acho que o governo daqui, o Governador Rodrigo Rollemberg, é muito desprestigiado. Só para se ter uma noção, Deputado Wellington Luiz, o governador

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

do meu estado recebeu 8 milhões, e o Governador daqui recebeu 800 mil. E o pessoal ainda acha que o Governador...

Oitocentos mil, nego dava para deputado estadual. Foi a contribuição que deu para o governo daqui, de maneira legal, declarada, inclusive de maneira contábil, com todas as transações, com as prestações de conta, com nota fiscal. Não houve contrapartida porque o próprio governo... Eles queriam a redução tributária, mas o governo fez uma exigência de que eles teriam que desossar, gerar empregos aqui, e eles não fizeram. Então, foi rejeitada. Portanto, esse assunto de JBS pode pegar para muita gente, mas para o Governador Rollemberg não vai pegar. Não vai pegar porque esse jogo, essa guerra é uma guerra morredora, como diz um conterrâneo nosso; não há vencedor nesse tipo de guerra.

Eu acho que, se o governo está errando, tem que apontar, tem que indicar, tem que resolver. Mas simplesmente a tese de que o Governador é isso, o Governador é aquilo... Se eu fosse o Governador, já para cristalizar essa posição que é tão reverberada aqui todos os dias, eu colocaria em todos esses processos licitatórios um auditor do Tribunal de Contas e um procurador ou promotor do Ministério Público para acompanhar.

Então, só para concluir, essa questão de 1.800 e tantas pessoas, é como aquela história, Deputado Bispo Renato Andrade, de que a gente passava por aquela rua. Podia passar, mas colocaram a placa de contramão, e a gente não pode mais passar. A legislação proibiu a contribuição. A legislação não proibia. Agora, sim, contribuição oficial declarada, tudo bem, mas dar dinheiro por fora, alguma coisa desse tipo, escondido, aí é crime. Mas, se a legislação permitia, existia uma empresa, fez autorização oficial, prestaram contas de centavo por centavo daquilo, qual é o erro que se cometeu – se a própria lei permitia? Agora não se permite mais.

Quem é que tinha bola de cristal para saber que o cara que tinha uma das maiores empresas do mundo, de uma hora para outra estava fazendo falcatura? Então, eu acho que a gente tem que ter muito cuidado, Deputado Wellington Luiz, com esse tipo de procedimento, porque era permitido, foi declarado. Eu acho ainda que a importância do Governador é insignificante, porque, pelos 1.829 de contribuição, ele deve estar no ranque aí, sei lá, beirando uns mil. O governo do meu estado, que é um estado pequeno, recebeu 8 milhões. E o daqui recebeu 800 mil. Oitocentos mil é contribuição de deputado estadual.

Portanto, eu não vejo como prosperar alguma coisa nesse sentido aqui em cima do Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu só queria registrar a presença dos estudantes e professores do Centro de Ensino Fundamental 11, do Gama, que estão participando do projeto Cidadão Futuro, promovido pela Escola do Legislativo.

Sejam muito bem-vindos, estamos numa sessão ordinária.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero falar um pouquinho sobre essa questão de CPI. Nós já tivemos transporte, saúde. Eu quero fazer um pedido aqui aos 23 Deputados: gente, se são meus amigos, não me peçam para assinar CPI mais não, porque minha vida estava tão boa e disseram agora... Daqui a pouco vão inventar também alguma coisa com a contribuição da Friboi para minha campanha, como aconteceu com a da Saúde.

Então, para não arrumar mais nada para mim, não me peçam mais para assinar CPI. Vamos pedir *impeachment*, vamos pedir o que for preciso, mas não me peçam CPI mais não, porque eu não aguento mais isso. Senão, daqui a pouco vão arrumar... foram 800 mil para o Governador? E foi um desprestígio, realmente. Oito milhões é um desprestígio para o nosso Governador.

Agora, essa é uma situação que... Com toda seriedade, eu acho que, quando uma investigação é séria, a gente tem que levá-la e ir com ela até o final.

Mas a CPI da Saúde foi um grande exemplo para nós de que, quando você não está, eles te colocam lá dentro. Então, a CPI da Friboi... E aqui eu acho que não é em defesa do Governador, em hipótese nenhuma nesse sentido. Mas acho que uma CPI, se não tiver numa situação favorável, hoje, politicamente, daqui a pouco pegam os 24 Deputados Distritais e vão dizer que nós também recebemos doação da Friboi.

Então, era esse o meu pronunciamento, nesse sentido.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Bispo Renato Andrade, temos que analisar, V.Exa. lembrou bem, a necessidade ou não de se fazer uma CPI.

Agora, nós temos que nos lembrar bem, Deputado Agaciel Maia, de que o Governador, há poucos dias, estava querendo investigar tudo e todos. Era ele! Acho que agora seria digno da parte dele pedir para que ele fosse investigado, ele mesmo, naqueles órgãos de investigação que ele estava com toda a austeridade dele. Era necessário que fizesse isso.

E aí, Deputado, independentemente de o acordo ter sido de 800 mil ou de 8 milhões, corrupção é corrupção. E talvez tenha dado 800 mil pelo grau de merecimento dele. Já sabiam que o governo dele ia ser tão píffio que só deram 800 mil. Talvez seja pelo merecimento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	05	2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				22	

Agora, o Ricardo Saud foi bem claro. Ele disse que tudo o que foi doado foi pensando em contrapartida. Tudo. Foi o Ricardo Saud, não fomos nós que dissemos, foi na delação. Então, nós vamos analisar: o que é verdade na delação do Ricardo Saud? Algumas pessoas estão presas, ou foram presas, ou serão presas por causa da delação do Ricardo Saud. Nessa delação ele cita e apresenta o nome do Governador. Ele é que diz que está lá o nome do Governador, e que em todas, mesmo naquelas com aparente licitude, havia, ali, um toma lá, dá cá. Então, nós temos que lembrar isso. Se é verdade ou não, tem que haver uma apuração.

Eu volto a dizer: foi o Ricardo Saud que disse que em tudo o que foi apresentado havia um acordo. Agora, como ele fez com a sociedade de Brasília, ele conseguiu traír até quem deu propina para ele.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, V.Exa. tem razão em alguns aspectos, mas em outros... Ninguém...

Essa coisa da Friboi aqui no Governo do Distrito Federal, nem os outros Parlamentares que nós conhecemos, que são Parlamentares sérios e que receberam de boa-fé, porque a lei permitia que se recebesse.

Eu não recebi. Eu não recebi e sou sincero com V.Exa. Uma empresa com uma ação da Bolsa de Nova Iorque...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Os Parlamentares não receberam dinheiro, não, viu Deputado!? Os Parlamentares não receberam dinheiro, não!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Calma, Deputado Wellington Luiz. Deixe que eu conclua.

Eu estou dizendo o seguinte: se uma empresa, inclusive uma empresa internacional... se a lei permite que se faça uma doação de campanha... Aí, a contrapartida é que poderia ser um erro, mas não foi verificado. Quem é que está imune a esse tipo de coisa?

A lei diz que as empresas podem fazer doações de campanha. O sujeito vem e diz: "Vou fazer uma doação de campanha, porque eu acho que você tem uma atuação parlamentar, isso, isso e isso". Você declara de acordo com a lei, pois a lei permitia fazer a doação. Não tem ilegalidade nenhuma, Deputado.

Agora, se dissesse: "Eu dei 800 mil, mas dei não sei quanto por fora, entreguei para não sei o quê...", aí estaria certo.

Mas eu não faço a defesa só do Governador Rodrigo Rollemberg, não, nesse assunto. Eu faço a defesa de quem recebeu a doação, permitida por lei, declarou, fez a destinação e comprovou perante o Tribunal Regional Eleitoral, que é quem fiscaliza a prestação de contas; e os auditores, junto com o desembargador, aprovaram a prestação de contas, porque estava tudo de acordo com a lei. Então, não existe nada

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 05 2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

ilegal. Por isso acho impropriedade esse quadro ser tratado aqui dentro da Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado, Deputado Agacieli Maia.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para fazer um esclarecimento, porque fiz referência ao caso dos Deputados, mas é diferente do caso... Os Deputados receberam material de campanha. Então, é uma coisa bem diferente, até porque esse material de campanha continha o nome dos candidatos, então, não era o caso deles. Era bem diferente.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou fazer só um pedido aqui – até porque essa discussão é ampla, acho que a gente vai ter o momento para ela ser feita, caso contrário, iremos perder o *quorum* – eu queria muito que a gente votasse hoje os projetos das mulheres. Até eu quero discutir sobre o assunto, mas acho que a Casa pode hoje dar uma grande resposta de trabalho, votando o projeto das mulheres. Nós estamos com 13 Deputados. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Acato o pedido de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era só no mesmo sentido, porque hoje eu vim aqui atendendo a um pedido de V.Exa. e da Deputada Celina Leão. Vamos votar?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Conforme acordo de líderes realizado na sessão ordinária de ontem, dia 30 de maio, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária destinada à discussão e votação de proposições pertinentes à atenção à mulher no Distrito Federal, com início imediato após esta sessão ordinária para a discussão e votação, em primeiro turno.

São 13 itens: Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 81; Projeto de Lei nº 975, de 2016; Projeto de Lei nº 1.135, de 2016; Projeto de Lei nº 814, de 2012;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
31	05	2017	15h05min	49ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				24	

Projeto de Lei nº 982, de 2016; Projeto de Lei nº 15, de 2015; Projeto de Lei nº 150, de 2015; Projeto de Lei nº 1.472, de 2013; Projeto de Lei nº 1.308, de 2016; Projeto de Lei nº 1.354, de 2016; Projeto de Resolução nº 41, de 2017; Projeto de Resolução nº 06, de 2015, e demais itens constantes da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h37min.)